

A 'GRANDE TRANSFORMAÇÃO' E A BIOTA CULTURAL DAS POPULAÇÕES EM MOVIMENTO *

*Gilmar Arruda***

Resumo. Os cronistas coloniais e, depois, os historiadores, notaram que desde a colônia o “ser brasileiro” é um homem em deslocamento. “As pessoas viviam nas estradas como formigas - dizia um deles; é uma “sociedade em movimento” - disse outro. Até 1850, centenas de milhares haviam sido forçados a cruzar o Atlântico Sul. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do séc. XX, milhões cruzaram o Atlântico; e milhares migraram forçadamente do Norte para o Sudeste na expansão da lavoura cafeeira. Entre 1930 e 1950 cerca centenas de milhares se deslocaram para o Paraná. Nos anos 1940 e 50, outros milhares foram forçados a caminhar do Nordeste para o Sudeste, empurrados pelo clima. Entre 1960 e 1980 cerca de 40 milhões de brasileiros mudaram-se do campo para a cidade e das cidades pequenas para as grandes, do Sul/Sudeste para o Centro-Oeste e o Norte. São populações em movimento no espaço. Em cada movimento estas populações levaram consigo sua biota cultural e provocavam alterações no bioma de destino, mudando as fronteiras. O território onde hoje vivemos é constituído de camadas e camadas de paisagens construídas por estas populações em movimento pelo espaço. Plantas, animais, insetos, germes, técnicas e memórias são documentos deste processo que originou as nossas cidades. Um espaço que há cem anos era sertão transformou-se no território da cafeeira e das pequenas cidades, e hoje, em termos de zona rural, transformou-se na paisagem da soja/trigo/cana. O café veio da Etiópia, a soja, da China, o trigo, da Ásia, e a cana, da Índia. Os vírus a serem enfrentados eram os da malária, da febre amarela e do impaludismo. Eram vírus estacionários. Hoje o vírus literalmente voa junto com as populações. O campo da história não pode mais prescindir do diálogo entre o espaço, as populações e o tempo.

Palavras-chave: populações; fronteiras; biota cultural.

THE 'GREAT TRANSFORMATION' AND THE CULTURAL BIOTA OF POPULATIONS IN MOVEMENT

Abstract. Colonial chroniclers, and later historians, noticed that since colonial times, the “Brazilian being” is a man on the move. They lived on the roads like ants,

* Artigo recebido em 15 de outubro de 2009 e aprovado em 30 de novembro de 2009.

** Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Londrina.

one said. A society in movement, said another. Until 1850, hundreds of thousands had been forced to cross the South Atlantic. Between the mid-19th century and the first decades of the 20th century, millions crossed the Atlantic; thousands migrated by force from the north to the southeast during the boom in coffee crops. Between 1930 and 1950, hundreds of thousands moved to Paraná. During the 1940s and 50s, thousands more were forced to walk from the northeast to the southeast due to the climate. Between 1960 and 1980, nearly 40 million Brazilians moved from the countryside to the cities and from small towns to large cities, from the south/southeast to the center-north and north. These are populations in movement through space. In each movement, these populations take with them their cultural biota and cause changes to the destination biome, changing its frontiers. The territory where we live today consists of layers upon layers of landscapes built by these populations in movement through space. Plants, animals, insects, germs, techniques and memories are documents of this process that originated our cities. A hundred years ago, it was wilderness; it has been transformed into the landscape of soybean/wheat/sugarcane. Coffee came from Ethiopia, soybeans from China, wheat from Asia, and sugarcane from India. The viruses to be combated were malaria, yellow fever, impaludism. They were stationary viruses. Nowadays, viruses literally fly along with populations. The field of history can no longer renounce the dialogue between space, populations and time.

Keywords: populations; frontiers; cultural biota.

LA 'GRAN TRANSFORMACIÓN' Y LA BIOTA CULTURAL DE LAS POBLACIONES EN MOVIMIENTO

Resumen. Los cronistas coloniales y, más tarde, los historiadores, notaron que desde el período colonial el "ser brasileño" equivalía a un hombre en desplazamiento. Vivían en los caminos como hormigas, afirmaba uno de ellos. Sociedad en movimiento, decía otro. Hasta 1850, centenas de miles habían sido forzados a cruzar el Atlántico Sur. Entre mediados del siglo XIX y las primeras décadas del XX, millones atravesaron el Océano. Miles fueron obligados a migrar del norte al sureste durante la expansión del cultivo de café. Entre 1930 y 1950, centenas de miles se desplazaron al Estado de Paraná. En las décadas de '40 y '50, nuevos grupos fueron empujados a caminar del nordeste al sureste como consecuencia del clima. Entre 1960 y 1980, cerca de 40 millones de brasileños migraron del campo a la ciudad, de las ciudades pequeñas a las grandes, del sur-sureste a la región centro-oeste y norte. Son poblaciones en movimiento dentro del espacio. En cada desplazamiento, estas poblaciones llevaron consigo su biota cultural, provocando alteraciones en el bioma de destino, transformando las fronteras. El territorio donde vivimos hoy está constituido por camadas y camadas de paisajes construidos por estas poblaciones en movimiento por el espacio. Plantas, animales, insectos, gérmenes, técnicas y memorias son documentos de este proceso que dio origen a nuestras ciudades. Hace cien años existía el sertão brasileño, que se

transformó en territorio de cultivo de café y de las pequeñas ciudades; hoy, ese mismo paisaje pasó a ser el paisaje de soja-trigo-caña de azúcar. El café proviene de Etiopía, la soja de China, el trigo de Asia y la caña de azúcar de la India. Los virus a ser enfrentados eran malaria, fiebre amarilla, paludismo. Eran virus estacionales. Literalmente, hoy los virus viajan junto con las poblaciones. El campo de la historia no puede prescindir más del diálogo entre el espacio, las poblaciones y el tiempo.

Palabras Clave: poblaciones; fronteras; biota cultural.

A espécie humana, desde o seu surgimento na África, tem transformado o mundo natural à sua volta. De início, com população pequena, poucas alterações teria realizado. Com o surgimento do “fogo cultural”, as mudanças provocadas pela ação humana tornaram-se mais efetivas. A invenção da agricultura, a domesticação de animais e plantas e, finalmente, a invenção das cidades, transformaram o homem no maior construtor de paisagens e territórios sobre a face da terra. Este tipo de vida espalhou-se pelo globo terrestre (TOLEDO, 2006).

Quando os europeus conseguiram transpor de forma organizada e repetitiva as suturas da Pangeia encontraram no outro lado do Atlântico povos com distintas formas de organização ou inseridas diversamente na história. Nesta travessia que recriou a Pangeia, segundo as expressões de Alfred Crosby (1993), foi reatada uma evolução que havia deixado isolados os dois continentes desde 200 milhões de anos antes. Embora o homem tenha chegado ao Continente Americano muito antes, o processo foi gradativo e pouco teria alterado esta separação biótica.

Desde então a grande aventura de reatar a Pangeia através dos oceanos tem provocado encontros e desencontros entre os grupamentos humanos que haviam estado “isolados” até então. Nesse momento, como se sabe, começaram as grandes trocas de biotas entre os mundos: febre amarela, gripes, varíolas, batatas, ouro, prata, pau-brasil, caju, bananas, inhames, quiabos, tomates, trigo, milho, cavalos, bois, porcos, palmito, mandioca, cana-de-açúcar, etc., etc.; e homens, muitos homens, mas estes quase exclusivamente no fluxo leste-oeste.

Neste processo de trocas ocorreram muitos encontros e desencontros, e os territórios e paisagens que caracterizavam as formas anteriores de apropriação da natureza, tanto no leste quanto no oeste, foram sendo transformados, sobrepostos, soterrados. Talvez o impacto maior tenha ocorrido na América, onde muitas ou quase todas as paisagens e territórios dos povos que a habitavam foram, simbólica ou

literalmente, encobertos pela terra acumulada através do tempo, movida pelos fatores naturais ou pelos próprios homens.

A motivação para tecer as reflexões que seguem foi a proposta de discutir as relações entre “História, Espaço e Ambiente”, no evento mencionado no início do texto. A criação de paisagens e territórios pela ação do homem em seus deslocamentos é o campo exato onde se cristalizam estas relações. A tarefa dos historiadores, então, parece ser entender como foram formados os atuais territórios e paisagens em que vivemos. Para isso, algumas cautelas e pressupostos precisam ser adotados. O que se propõe a seguir são algumas destas cautelas e pressupostos.

Em primeiro lugar deve-se dizer a qual espaço e tempo referem-se as reflexões seguintes. As discussões são relativas aos espaços onde atualmente se encontram as pequenas e médias cidades do Oeste do Estado de São Paulo e as do Norte, do Noroeste, do Oeste e do Sudoeste do Estado do Paraná. Este espaço foi radicalmente transformado numa escala sem precedentes, no período de um século, talvez menos. Pode-se estipular o início da segunda metade do século XIX como o momento inicial deste processo de transformação. Esta foi a época na qual os homens se puseram a caminho, nos termos de Eric H. Hobsbawm (1996). O que ocorreu com a natureza, com os espaços naturais, pode ser definido como a “grande transformação”, segundo a expressão de Karl Polany (2000).

Efetivamente, ocorreu uma “grande transformação” da paisagem, da forma de ocupação e distribuição dos espaços e de utilização da natureza, com a transformação da natureza na abstração terra e a chegada de homens vindos de outros lugares (regiões e continentes) com seus produtos, hábitos, formas de morar, pensar, alimentar, rezar, contar o passado, etc., nos espaços mencionados.

Apresentam-se a partir daqui, inicialmente, algumas precauções para analisar a “grande transformação” do espaço referido.

A primeira delas é que natureza não era intacta. Os caboclos e, antes deles, os indígenas, há muito transformavam as paisagens. Um exemplo: os indígenas guarani-kaiowa, residentes onde hoje situa-se o Mato Grosso do Sul, haviam denominado um córrego em uma de suas aldeias de Naranja'y. Em narrativas recolhidas por Kátia Vieta, disseram ainda que, além de terem trabalhado nos ervais nativos daquela região, haviam também trabalhado recolhendo as flores de laranjais nativos na

região de Dourados no começo do século XX.¹ Não obstante, sabe-se que as plantas do gênero *citrus* não são originárias da América, e sim, do Sudoeste Tropical da Ásia, e aqui chegaram pelas mãos dos portugueses. Então, de forma que podemos apenas conjecturar no momento, os Kaiowa incorporaram em sua "biota cultural" não só o nome, mas também a planta, de modo que os chamados 'laranjais nativos' não eram de fato nativos. A paisagem já havia sido alterada antes mesmo da época do episódio da "Retirada da Laguna", narrada por Taunay. Por sinal, a fazenda aberta por Francisco Lopes, o guia Lopes, é descrita como tendo um rico pomar formado de laranjeiras, que matou a fome e restabeleceu a saúde dos soldados da "retirada".² Deve-se, assim, considerar que após a humanização do espaço não há mais como desconsiderar os efeitos desta interação entre o homem e o mundo natural que o cerca. O mais apropriado seria abordar as alterações em termos de "coevolução". Então, a "grande transformação" não ocorreu em terreno virgem e desabitado.³

A segunda precaução são os riscos da naturalização das atuais paisagens e territórios. Quando viajamos pelo interior do Estado do Paraná, avistamos plantações de inúmeros produtos agrícolas: soja, trigo, cana, milho, reflorestamentos, pastagens, etc. Uma natureza reorganizada para fins agrícolas, como disse Donald Worster (2003). Nestes mesmos espaços, há algumas dezenas de anos, provavelmente, avistaríamos extensas lavouras cafeeiras e, antes dos cafezais, seriam as florestas, campos e cerrados. As próprias vias de comunicações não são as mesmas das décadas anteriores: o asfalto cobriu a terra; as pontes substituíram as balsas. Para os especialistas, as afirmações anteriores são banais; porém

¹ Conforme Katia Vieta, o nome dado ao córrego Laranja Doce, perto da aldeia de Panambi, pelos Kaiowa é **Na'akara'y**. Em nota a autora esclarece: "De acordo com Valdomiro (um Kaiowa) até a instalação da CAND (Colônia Nacional de Dourados) às margens do córrego são (sic) permeadas por laranjais nativos. Assim, em uma *neboaty guasu* (reunião de lideranças) organizada por Hilário Aquino decide-se denominar o córrego desta forma. Algumas pessoas se referem a ele pelo nome **Narāja'y Guassu**". (VIETA, 2007, p. 314). É evidente a incorporação pelos Kaiowa de um produto e sua forma de designação, trazidas pelos europeus para a América. Ver: (VIETA, 2007).

² Segundo Crosby, José de Acosta, padre espanhol que viajara pelo Peru no século XVI, notara uma grande quantidade de laranjais espalhados por onde passara. No século XIX, Darwin encontrara ilhas na foz do Paraná repletas de laranjeiras e pessegueiros (CROSBY, 1993, p. 137).

³ A "ideia de vazío demográfico", ou de florestas virgens que aparece nos discursos de colonização ao longo do século XX foi criticada por Lúcio Tadeu Mota (1994), apontando seus significados ideológicos.

uma aluna minha de Primeiro de Maio - PR, município situado na foz do rio Tibagi no rio Paranapanema, fez uma pequena pesquisa entre seus alunos de quinta a oitava série do primeiro grau sobre as alterações provocadas pelo homem no mundo natural. A grande maioria deles entendia que o lago formado pela hidrelétrica de Capivara, no rio Paranapanema, era natural.⁴

A substituição da floresta, um ecossistema organizado em termos de economia natural, por um outro com a finalidade de produção agrícola é um processo histórico que não se explica somente a partir dos aspectos econômicos da introdução da cafeicultura. Toda uma forma de organização do espaço e dos ecossistemas foi alterada em função desta nova finalidade da natureza. Além disto, as populações anteriores foram deslocadas para dar lugar a homens que vieram de outros espaços com suas próprias tradições culturais. A lógica que levou à substituição da cafeicultura pela monocultura extensiva de "*commodities*" não se explica pelo argumento utilizado pela ditadura militar de "ineficiência econômica". A cada movimento de transformação da paisagem, formas anteriores são sobrepostas, soterradas. Às vezes não desaparecem completamente, ficando expostas em alguns cantos e lugares. Por mais bonita que seja uma plantação de trigo, não podemos esquecer que se trata da natureza reorganizada para fins de produção agrícola. Assim como as laranjeiras não chegaram à América sozinhas, as lavouras de café também não caminharam sozinhas sobre as florestas, foram os homens e seus deslocamentos que as levaram, portanto isto significa história.

Não só as paisagens podem ser tomadas como naturalizadas, mas também as noções territoriais correntes. Elas são, em grande parte, originárias do campo político-administrativo, da ação controladora, constritora do Estado-Nação moderno.⁵

⁴ Milton Santos considera que atualmente teríamos que falar em uma tecnoesfera, ou tecnocosmo: "Cria-se um verdadeiro tecnocosmo (...) uma situação em que a natureza natural, onde ela existe, tende a recuar, às vezes brutalmente" (SANTOS, 1997, p. 191), ou de outra forma, "já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 1997, p. 81).

⁵ Para uma discussão sobre territórios nacionais e sua relação com fronteiras e natureza ver: (GOLIN, 2002).

Uma demonstração deste anacronismo territorial pode ser encontrada nas tradicionais explicações de "ocupação" do Norte do Estado do Paraná através do "avanço" da cafeicultura. Segundo estas interpretações, o café teria marchado do denominado Norte Velho, Leste do Estado do Paraná, em direção ao Oeste, ultrapassando o rio Tibaji nos anos de 1930, chegando a Maringá em 1948, e daí por diante. O rio Paranapanema aparece como um divisor dos processos de transformação, que teriam ocorridos de formas diferenciadas nas suas duas margens; entretanto, basta olhar os mapas do início do século XIX, ou conferir as datas de surgimento das cidades/vilas nas duas margens, para notar que não existem diferenças temporais ou de modelo. Isso demonstra que o rio Paranapanema não se constituiu em divisor que marcasse diferenças no processo da "grande transformação", nas duas margens.

A concentração da acumulação de capitais oriundos da cafeicultura na cidade de São Paulo transformou esta cidade em um centro aglutinador da circulação de mercadorias e de capitais. O feixe de rodovias, ferrovias e aerovias que têm o principal vértice naquela cidade é uma evidência da concentração citada. Não obstante, ao longo dos séculos XVIII e XIX a circulação das mercadorias poderia ter outros roteiros. Assim, em meados do século XIX tentou-se insistentemente articular uma via de comunicação entre a Província do Paraná e a do Mato Grosso, utilizando-se os rios destas duas províncias. Pretendia-se ligar o Mato Grosso ao Atlântico. O insucesso da empreitada e as redefinições de circulação posteriores, impulsionadas pela cafeicultura (parte da grande transformação) obliteraram estas iniciativas estatais, projetando para o passado as formas, a organização territorial e os "roteiros" de circulação do século XX. Desta forma, torna-se difícil compreender os significados das tentativas de construção da "estrada ligando o Paraná à província do Mato Grosso" durante boa parte da segunda metade do século XIX. Nossas noções territoriais nos empurra para um "anacronismo" de concepções sobrepondo ou soterrando também outras noções e territorialidades existentes no passado.

Quanto às noções e práticas de território dos grupos indígenas (territorialidades, como diriam os antropólogos), Lúcio Tadeu Mota (1998) demonstrou a circulação e a luta por territórios e entre territorialidades que ocorreram ao longo do século XIX entre grupos indígenas e, entre estes e os grupos brancos; mas parece que esta dinâmica territorial do século XIX foi soterrada pela "grande transformação", que teve na política de aldeamento e, depois, na ideia de

colonização, suas justificativas ideológicas para a construção de novas territorialidades.

Uma diferente forma de anacronismo pode ser encontrada em determinados regionalismos baseados em aspectos climáticos. As próprias noções do que vem a ser um Brasil tropical, um Brasil meridional, ou um Brasil temperado, subtropical, etc., possuem datação. Muitos no Sul do Brasil procuram distanciar-se de um passado comum vivido no século XIX, na constituição do território Brasil, afirmando uma identidade distinta baseada no clima. Cabe questionar quando surgiu a percepção de um território climaticamente diferenciado dentro do “território-nação” e, também, quais os significados decorrentes desta operação discursiva baseada nos aspectos climáticos/naturais.⁶

A utilização de classificações climáticas que se tornaram correntes ao longo do século XX para contextos anteriores é uma forma de anacronismo e cria obstáculos para a compreensão do processo histórico da “grande transformação”. Estas afirmações servem, também, como alerta para o campo crescente da história ambiental, que tem procurado em outras disciplinas algumas ferramentas para o estudo da história. Os métodos e noções de outras ciências também são históricos.

Após estas ressalvas, passo agora às categorias que proponho para compor um quadro mínimo para a pesquisa sobre o processo de transformação da natureza ocorrido nos espaços mencionados acima entre os séculos XIX e XX, envolvendo a história e o ambiente.

A primeira categoria é a ideia da “grande transformação” pensada por Karl Polany. Tomo aqui a ideia da “grande transformação” enquanto conceito explicativo e também como metáfora. Como metáfora condensa em uma expressão o que aconteceu nos espaços mencionados no último século, ou século e meio, a partir de meados do século XIX.

O espaço considerado neste texto está inserido dentro do bioma definido como “Mata Atlântica”. Warren Dean parece ter sido o primeiro historiador a utilizar-se desta espacialidade, o bioma “Mata Atlântica”, para definir os limites de sua pesquisa. A noção de uma mata atlântica, concebida por Warren Dean como uma extensa, contínua e similar floresta cobrindo um terço do território brasileiro é imprecisa e necessita de reparos do ponto de vista botânico, geográfico, etc., como qualquer

⁶ Vários estudos têm demonstrado a relação entre história, natureza e identidade ao longo do século XIX na sociedade brasileira. Entre outros, consultar: (CASTRO, 1997; PAZ, 1996; MURARI, 2002).

quadro generalizante;⁷ porém não há como desconhecer a “grande transformação” desta paisagem que ocorreu a partir, principalmente, do último quartel do século XIX até o momento. A “grande transformação” enquanto metáfora é visível nas paisagens do trigo, da cana, da soja, das pastagens, das cidades. Nestas duas palavras pode-se perceber a magnitude do que aconteceu em termos de tempo e natureza.

Enquanto conceito explicativo para os processos e motivações do que ocorreu, é necessária a aproximação, embora inicial e preliminar, do pensamento de Polany. É importante ressaltar que o objetivo não é a procura de um “ponto zero”, do momento no qual as “florestas virgens” foram tocadas pela civilização e pelos homens. As narrativas históricas que adotam o “ponto zero” constituem parte do processo de construção da legitimação ideológica da “grande transformação”, ou de outra forma, da formação do quadro mental hegemônico na instalação da “grande transformação”⁸.

Em linhas gerais, podemos afirmar que após 1850 inicia-se o processo da “grande transformação”, o que significa, resumidamente, o surgimento da sociedade de mercado, a reorganização de todas as esferas da sociedade com o objetivo único de lucro e a criação das mercadorias fictícias terra e trabalho. Claro que se pode objetar que o surgimento das relações capitalistas são anteriores, mas não restam dúvidas de que a centralização de todas as esferas do social na lógica de mercado é uma realidade do século XIX.

Para Polany,

o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro

⁷ Ver as considerações de BRANNSTROM (2002).

⁸ Uma das imagens mais recorrentes nestas narrativas é a da “formação da pequena propriedade” como base do “progresso” do mundo urbano. Ver a crítica destas imagens em: (MOTA, 1994; TOMAZI, 1997; ARIAS NETO, 1995; GONÇALVES, 1999; ARRUDA, 2005).

nome para a natureza, que não é produzida pelo homem (...). A descrição do trabalho, da terra e o dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia (2000, p. 94).

A ideia de que após a “grande transformação” as vastas florestas, antes denominadas de “virgens”, passaram a ser produtivas, especialmente quando transformadas em “terras de agricultura”, deve ser pensada nos termos dados por Polany:

A produção é a interação do homem e a (sic) natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo autorregulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, têm se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda (2000, p. 162).

A mudança das relações existentes anteriormente para a “economia de mercado” deu-se, no espaço mencionado, fundamentalmente através do processo denominado de “colonização”, embora tenha se iniciado em período anterior. A “colonização” foi o marco definitivo da transformação da natureza em terra, ou seja, em propriedade privada.

Para Polany,

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade à vida do homem; é o local de sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano (...). E no entanto, separar a terra do homem e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito utópico de uma economia de mercado (2000, p. 214).

Havia mercado antes, havia trabalho antes, havia homens e mulheres e terra e produção antes deste período, mas somente após a “grande transformação” todos estes elementos foram reorganizados em função da “economia de mercado”.

Como foi dito antes, não foi somente a Lei de Terras de 1850, ou a criação da Colônia Militar de Jatay, ou as entradas do Barão de Antonina, ou a investida do capital inglês o que determinou ou estabeleceu um marco temporal para a “grande transformação”. Estas evidências constituem partes de um processo que se interligam em escala mundial.

As populações que se deslocaram para estes espaços naturais, formatando novos territórios, deslocando/sobrepunhando/derrotando outros territórios e territorialidades, eram populações em movimento devido ao processo da “grande transformação” na Europa, Ásia e África. Os homens se puseram a caminho, na expressão citada de Eric. J. Hobsbawm, para descrever os movimentos migratórios na Europa ocidental em meados do século XIX. Em grande parte foram estes homens ou seus descendentes, chamados por aqui de euro-brasileiros, que construíram outras territorialidades no processo da grande transformação.⁹

Se já eram homens transformados em mercadorias é uma afirmação questionável. Pode-se argumentar que a busca pela “santa pequena propriedade”, o apanágio da democracia da fronteira, seria uma forma de fugir da pressão para se transformarem em mercadorias. A pequena propriedade talvez não representasse o suprassumo do *modus operandi* do homem voltado para o mercado. Talvez ela tenha sido uma defesa - em parte, é claro.¹⁰

Também é preciso deixar claro que a “grande transformação” não é um processo homogêneo no tempo e no espaço. Ela avança em termos espaciais pulando pedaços, criando pontas de lança, deixando pelo caminho ou não conseguindo submeter diversas territorialidades refratárias às novas condições de transformação da natureza e do trabalho em mercadoria. Podemos citar de passagem os diversos grupos sociais que até hoje vivem dentro desta nova territorialidade, ampla e hegemônica em termos espaciais, temporais e ideológicos, mas resistem a ela, como posseiros, indígenas, pescadores e outros. Pescadores das

⁹ Aproprio-me aqui das definições de Paul Little sobre territórios e territorialidades: “Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*. Casimir mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas.(...) O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Utilizo o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2001, p. 322).

¹⁰ Ver especialmente: (ALVIM, 1998; GREGORY, 2002).

margens do rio Tibaji rejeitaram a construção da hidrelétrica de Mauá, apesar das promessas de indenização.¹¹

Em síntese, apesar de ser bastante instigante e permitir uma leitura do quadro de transformação, a noção de “grande transformação”, como toda noção e conceito, e a metáfora, como toda a metáfora, devem permitir ver o contraditório, o desvio, o refratário, o não comum. Esta crítica pode ser encaminhada a qualquer forma de homogeneização espacial utilizada pela historiografia, como, por exemplo, a Mata Atlântica de Warren Dean ou as neoeuropas de Alfred Crosby. Por isso, relembro que estou propondo a ideia de “grande transformação” para um quadro de tempo/espaço limitado e com as ressalvas acima.

Agora outro conceito: o de “sistema agroecológico”, proposto por Donald Worster. Worster propôs esta ideia partindo de alguns pressupostos. Para o autor, o homem

tem extraído um conjunto extraordinariamente diverso de recursos do mundo natural, sendo que o mais básico e revelador destes recursos no estudo da ecologia humana têm sido os recursos que designamos de alimento. Todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago. Além disso, é através deste processo que as pessoas têm se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta (WORSTER 2003, p. 6).

O exame da relação intrínseca entre os humanos e a natureza feito pelos historiadores deve incorporar, segundo Worster, alguns conceitos de outras áreas, especialmente da ecologia. Lembrando os cuidados nesta incorporação, especialmente a discussão sobre o “equilíbrio dos ecossistemas”, autor propõe a adoção da ideia de “ecossistema” e a de “economia da natureza”. De forma resumida, apresentamos a seguir as principais definições dadas pelo autor.

A “economia da natureza” seria, então,

um reino organizado que está funcionando enérgica e habilmente para satisfazer às necessidades de todas as coisas vivas, criando o que poderia ser chamado de “valores” indispensáveis da existência (WORSTER, 2003, p. 7).

¹¹ Baseio-me aqui na discussão sobre história ambiental realizada por James O’Connor (2001), dialogando com a ideia de “desenvolvimento desigual e combinado”.

Um ecossistema seria, neste caso,

subgrupo da economia global da natureza - um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência (WORSTER, 2003, p. 7).

Então, o conceito de "sistema agroecológico" seria, em poucas palavras:

um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas - um ecossistema domesticado. Trata-se de uma reestruturação dos processos tróficos na natureza, ou seja, os processos de fluxo de alimento e energia na economia dos organismos vivos (WORSTER, 2003, p. 7).

Worster deixa claro que, apesar do artefato humano presente na reorganização da natureza para fins agrícolas, um sistema agroecológico continua, inevitavelmente, dependente do mundo natural. É um rearranjo, não uma anulação dos processos naturais. Fatores como fotossíntese, ciclos bioquímicos e estabilidade atmosférica continuam atuando, por isso estão sujeitos às leis da ecologia, como qualquer outro bioma.

Para o autor, os "sistemas agroecológicos" existem desde, pelo menos, a revolução neolítica; entretanto, o mais importante para o estudo das relações contemporâneas homem x natureza, de fato, foram as transformações mais recentes neste processo de reorganização da natureza, com o surgimento do "modo de produção capitalista": "a reorganização capitalista realizada nesses anos e, para além de nosso próprio tempo, trouxe um conjunto de mudanças no uso da terra tão revolucionárias e arrasadoras quanto o da revolução Neolítica" (WORSTER, 2003, p. 10).

Worster entende, também, que o conceito de modo de produção precisa ser ampliado para entender a "reorganização da natureza e não apenas da sociedade." Neste ponto, creio que a ideia de Worster acompanha e problematiza a discussão proposta por Karl Polany muitos anos antes. A ideia de Worster já sofreu alguns reparos, especialmente de William Cronon, que considera a proposta de Worster bastante inspiradora, mas acha que ela contém alguns problemas, entre eles destaca o fato de parecer excessivamente materialista. Segundo Cronon,

Uma das minhas principais reservas sobre a agenda de pesquisa proposta por Worster, então, é seu potencial excessivo materialismo.(...) Mas é essencial lembrar que *alimento*, como

natureza, não é simplesmente um feixe de calorias e nutrientes que sustentam a vida da comunidade humana pela concentração do fluxo trófico de energia através de um ecossistema; é também um elaborado constructo social. Como e por que as pessoas comem o que elas comem, depende tanto do que elas *pensam* – sobre elas próprias, suas relações entre elas, seus trabalhos, suas plantas e animais, seus deuses – quanto dos próprios organismos que elas comem (1990, p. 1124).

Considero que a noção da “grande transformação”, ampliada com a ideia de uma “reorganização radical da natureza”, seja um instrumento fundamental para nortear as pesquisas sobre as transformações das relações entre homens e natureza ocorridas na configuração do espaço e tempo atuais, ou seja, no processo de surgimento dos atuais territórios e territorialidades.

Alguns números nos permitem uma perspectiva do que significou esta “grande transformação” no território paranaense, a transformação radical que norteou os movimentos populacionais: Em 1900 havia 27 cidades no Estado do Paraná e hoje elas são 399. Entre 1900 e 1970 foram criadas 288. A população em 1900 era de aproximadamente 380 mil. Em 1920, 680 mil, em 1940, 1,2 milhão; em 1950, 2,1 milhões, em 1960, 4.200. Hoje quase 10 milhões de pessoas habitam o mesmo território.

Esta grande transformação e seus movimentos populacionais, para além de uma história demográfica, faz parte do amplo processo de “reorganização da natureza” acelerado pela sociedade capitalista a partir do século XIX.

Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do séc. XX, milhões cruzaram o Atlântico: cerca de 50 milhões. Destes, cerca de 3,5 milhões vieram para o território brasileiro. Após 1850, milhares migraram forçadamente do Norte para o Sudeste para a expansão da lavoura cafeeira, no denominado “tráfico interprovincial”.

No século passado, entre 1930 e 1950, alguns milhões se deslocaram para o Paraná. Nos anos de 1940 e 50, outros milhares foram forçados a caminhar do Nordeste para o Sudeste, empurrados, entre outros fatores, pelos eventos climáticos. Entre 1960 e 1980, cerca de 40 milhões de brasileiros mudaram-se do campo para a cidade e das cidades pequenas para as grandes, do Sul/Sudeste para o Centro-Oeste e Norte. São populações em movimento no espaço. Em cada movimento estas

populações levaram consigo sua biota cultural e provocavam alterações no bioma de destino, mudando as fronteiras.

O território onde hoje vivemos é constituído de camadas e camadas de paisagens construídas por estas populações em movimento pelo espaço. Plantas, animais, insetos, germes, técnicas e memórias são documentos deste processo do qual se originaram as pequenas e médias cidades mencionadas. Há cem anos era sertão; transformou-se depois no território da cafeicultura e das pequenas cidades, e hoje, em termos de zona rural, transformou-se na paisagem da soja/trigo/cana. O café veio da Etiópia, a soja, da China, o trigo, da Ásia, e a cana, da Índia. Os vírus a serem enfrentados eram os da malária, febre amarela e impaludismo. Alguns existiam no continente americano antes da chegada dos Europeus e africanos. Outros chegaram com eles e tornaram-se da "terra". Hoje o vírus literalmente voa junto com as populações. Só uma análise integrada, interdisciplinar e intradisciplinar pode dar conta destes processos.

Por outro lado, foram estes processos que permitiram o surgimento do tempurá de quiabo e de batata-doce. Culinária asiática, produtos dos continentes africano e americano. O campo da história não pode mais prescindir do diálogo entre os conceitos de natureza, de populações em movimento e de tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (coord.) *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio (v. 3). São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 215-289.
- ARIAS NETO, José Miguel. O pioneirismo: discurso político e identidade regional. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, p. 194-209, 1995.
- ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar.(coord). *Natureza, fronteiras e territórios: Imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- BRANNSTROM, C. Rethinking the Atlantic Forest of Brazil: New evidence for land cover and land value in Western São Paulo, 1900-1930. *Journal of Historical Geography*. v. 28, p. 420-439, 2002.

CASTRO, Iná Elias. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César; CORREA, Roberto. (orgs). *Explorações geográficas*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

CRONON, William. Modes of Prophecy and Production: Placing Nature. *The Journal of American History*. Bloomington, v. 76, n. 4, p. 1122-1131, mar. 1990.

CROSBY, Alfred. *O imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

GOLIN, Tau. A fronteira como centralidade entre a região e a nação. In: *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 9-93.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná (1930/1970) In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999. p.87-123.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HOBBSAWM, Eric. J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB/SÉRIE ANTROPOLOGIA, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. A construção do vazio demográfico. In: *A guerra dos índios kaingang: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1796-1924)*. Maringá-PR: Eduem, 1994. p. 7-61.

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial(1853-1889)*. Assis-SP, 1998. Tese (Doutorado em História) – UNESP.

MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História) – USP.

O'CONNOR, James. ¿Qué es la historia ambiental? ¿Por qué historia ambiental? In: *Causas Naturales. Ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.

PAZ, Francisco. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

- POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- TOLEDO, Alejandro. *Agua, hombre y paisaje*. México: Instituto Nacional de Ecología/INE-Semarnat, 2006.
- TOMAZI, Nelson Dácio. "*Norte do Paraná*": histórias e fantasmagorias. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) -UFPR.
- VIETA, Kátia. *Histórias sobre terras e xamãs kaiowa*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) - USP.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & sociedade*. Campinas, v.5, n.2, p. 23-44, 2003.

